



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0290514-0

COMARCA: 26ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

APELANTE: WILSON ASSIS FERREIRA

**APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO
DPVAT S/A**

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – RITO SUMÁRIO – SINISTRO OCORRIDO SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 11.945/09 – PERCENTUAL INDENIZATÓRIO DISPOSTO NA TABELA LEGAL – PAGAMENTO DEVIDO JÁ REALIZADO - SENTENÇA PRESERVADA - APELO DESPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Cível Nº 0290514-0**, em que figuram como Apelante **WILSON ASSIS FERREIRA** e como Apelada **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acordam o seguinte: "**Por unanimidade, negou-se provimento à apelação, nos termos do voto do Relator**". Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 01 de *abr* de 2013.

[Assinatura]
Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



115

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0290514-0

APELANTE: WILSON ASSIS FERREIRA

ADVOGADO: BRUNO LEONARDO NOVAES LIMA PE022090

APELADO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS PE029559

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação de Cobrança de Complemento do Seguro DPVAT.

Sentença Recorrida: A Decisão (fls. 81/83) considerando tudo quanto o mais dos autos constam, os dispositivos legais e os princípios gerais de direito atinentes, julgou improcedente o pedido formulado na inicial, com fulcro no artigo 3º, § 1º, II, da Lei nº 6.194/74 c/c artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Por força da sucumbência, condenou a parte requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitrou no valor de 10% da condenação (artigo 20 § 3º, do Código de Processo Civil), estando, contudo, o pagamento suspenso enquanto durar o estado de miserabilidade autoral, até o prazo prescricional de 05 (cinco) anos, nos termos do artigo 12, da lei 1060/50.

Objeto: Apelação com pedido de reforma total da sentença hostilizada (fls. 100/103).

Razões recursais: Alega que restaram amplamente demonstrados os requisitos autorizadores ao recebimento do seguro DPVAT, comprovando-se o acidente e a invalidez permanente derivada do infortúnio, fazendo, jus, portanto à complementação da indenização devida, para que seja atingido o montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Contra-razões: Ausentes, apesar da devida intimação.

É o relatório.

Sem revisor por se tratar de rito sumário, conforme dita o Art. 76, parágrafo único do RITJPE.

Recife, 18 de dezembro de 2012.

Des. José Carlos Patriota Malta

Relator



**Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. Patriota Malta**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0290514-0

APELANTE: WILSON ASSIS FERREIRA

ADVOGADO: BRUNO LEONARDO NOVAES LIMA PE022090

APELADO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: MIRELLA FIGUEIROA RODRIGUES DOS SANTOS PE029559

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

A demanda trata de ação de cobrança de segurado contra a seguradora visando o complemento de indenização securitária em decorrência de debilidade permanente causado por veículo automotor de via terrestre, conforme faculta a Lei 6.194/74.

Importante ressaltar, para análise da presente questão, que o sinistro ocorreu em 30.03.2011, ou seja, sob a égide da Lei nº 11.945/09.

A referida legislação, em seu art. 32, estabeleceu que a Lei no 6.194/74 passou a vigorar, desde 16.12.2008, acrescida de tabela relativa aos percentuais indenizatórios para seguro DPVAT, ora transcrita:

Danos Corporais Totais	Percentual
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental	100
alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre	
deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)	
comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais,	
pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis.	



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. Patriota Malta

de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva,
excretora ou de
qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de
função vital

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou	
de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo	
polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, JOELHO ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da	
mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou	50
da visão de um olho	
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Assim passou a estabelecer a Lei 6.194/74:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

...
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. Patriota Malta

... § 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008). I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na alínea a, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de dez por cento, nos casos de seqüelas residuais. (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

Através do documento acostado à fl. 77/79 (laudo de verificação e quantificação de lesões permanentes), entendo que não deve prosperar o inconformismo do requerente, tendo-se em conta que já recebeu, na esfera administrativa, a devida quantia referente ao seguro do DPVAT, no quantum de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), atendendo ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento), considerando a invalidez permanente parcial incompleta (art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.194/74).

Dessa forma, entendo que a parte autora, ora apelada, provou os fatos constitutivos de seu direito, conforme determina o art. 333, I, do Código de Processo Civil.

Considerando, portanto, o grau de invalidez apresentado, entendo que atuou de forma precisa e preciosa o ilustre magistrado de primeiro grau, não carecendo a sua decisão de qualquer reparo.

Assim, ante todo o exposto, MEU VOTO É PARA NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO, mantendo-se incólume a sentença vergastada.

É COMO VOTO.

João, 26/03/2013.
[Assinatura]